Superior Tribunal de Justiça
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Edição nº 2692 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 17 de Junho de 2019 Publicação: Terça-feira, 18 de Junho de 2019

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.048 - SP (2019/0091309-3)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	HENRIFARMA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA
AGRAVANTE	:	MARIA APPARECIDA GONCALVES DE ARAUJO HENRIQUES
AGRAVANTE	:	RUBENS HENRIQUES
AGRAVANTE	:	MARIA HELENA TAVARES HENRIQUES
AGRAVANTE	:	FERNANDO HENRIQUES JUNIOR
AGRAVANTE	:	MERCEDES MARQUES HENRIQUES
ADVOGADOS	:	OLIVAR LORENA VITALE JUNIOR - SP155191
		THIAGO FERRARI DIEGUES - SP400221
		GIOVANA ELISA MONTEIRO E SOUZA - SP402833
		BRUNO CEZAR DE SOUZA TEIXEIRA - SP415139
AGRAVADO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	RICARDO LOPES GODOY - MG077167
		MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HENRIFARMA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Cumprido o despacho de fls. 358, prossigo na análise dos autos.

Mediante análise do recurso de HENRIFARMA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA e OUTROS, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 18/06/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 10/07/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o

recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente